

**MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS, DA AGRICULTURA,
PESCAS E ALIMENTAÇÃO
E DO COMÉRCIO E TURISMO****Portaria n.º 1024/91**

de 7 de Outubro

Tendo em atenção a importância para o sector vitivinícola da exportação de vinhos de mesa e de vinhos e considerando a conveniência em aproximar as regras nacionais às comunitárias, foi estabelecido pela Portaria n.º 540/90, de 12 de Julho, um sistema de subvenção nacional à exportação daqueles produtos para países terceiros, válido até 31 de Agosto do mesmo ano, com um limite global de 250 000 contos.

No sentido de não ser criado um vazio legislativo entre 1 de Setembro de 1990 e a data de início da aplicação a Portugal do regime comunitário de apoios à exportação, foi publicada a Portaria n.º 437/91, de 28 de Maio, que, sem alterar o quantitativo global fixado na Portaria n.º 540/90, permitia a aplicação do regime nela fixado até 31 de Dezembro de 1991.

Tendo-se verificado que, devido ao dinamismo evidenciado pelas empresas exportadoras e à pressão da oferta resultante do facto de a vindima de 1990 ter sido relativamente abundante, a verba prevista na Portaria n.º 540/90 se revelou manifestamente insuficiente:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças, da Agricultura, Pescas e Alimentação e do Comércio e Turismo, ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 517/85, de 31 de Dezembro, que o montante estabelecido na Portaria n.º 540/90, de 12 de Julho, passe a ser de 600 000 contos.

Ministérios das Finanças, da Agricultura, Pescas e Alimentação e do Comércio e Turismo.

Assinada em 26 de Setembro de 1991.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, *Luís António Damásio Capoulas*, Secretário de Estado da Alimentação. — Pelo Ministro do Comércio e Turismo, *José António Leite de Araújo*, Secretário de Estado do Comércio Interno.

**MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS
E DA INDÚSTRIA E ENERGIA****Despacho Normativo n.º 219/91**

Considerando que em 17 de Julho de 1991 cessou a comissão de serviço o licenciado engenheiro Renato José Santos de Sousa Romano, à data chefe de divisão da Direcção-Geral de Energia;

Considerando o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, e nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo e diploma:

Determina-se o seguinte:

1 — É criado no quadro de pessoal da Direcção-Geral de Energia, constante do mapa v anexo à Por-

taria n.º 704/87, de 18 de Agosto, um lugar de assessor principal na área funcional de engenharia, a extinguir quando vagar.

2 — A criação do lugar referido no número anterior produz efeitos desde 17 de Julho de 1991.

Ministérios das Finanças e da Indústria e Energia, 23 de Setembro de 1991. — Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Indústria e Energia, *Nuno Manuel Franco Ribeiro da Silva*, Secretário de Estado da Energia.

Despacho Normativo n.º 220/91

Considerando que em 11 de Julho de 1991 cessou a comissão de serviço a licenciada Elvira Maria Nunes Mendes Santos Diogo, à data chefe de divisão da Direcção-Geral de Energia;

Considerando o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, e nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo e diploma:

Determina-se o seguinte:

1 — É criado no quadro de pessoal da Direcção-Geral de Energia, constante do mapa v anexo à Portaria n.º 704/87, de 18 de Agosto, um lugar de assessor principal na área funcional de organização, gestão, planeamento e contencioso, a extinguir quando vagar.

2 — A criação do lugar referido no número anterior produz efeitos desde 11 de Julho de 1991.

Ministérios das Finanças e da Indústria e Energia, 23 de Setembro de 1991. — Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Indústria e Energia, *Nuno Manuel Franco Ribeiro da Silva*, Secretário de Estado da Energia.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA EDUCAÇÃO**Portaria n.º 1025/91**

de 7 de Outubro

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Educação, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 23/91, de 11 de Janeiro, e tendo em conta o disposto nos artigos 17.º e 18.º do mesmo diploma, que a composição do quadro de pessoal da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, a que se refere o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 9/89, de 6 de Janeiro, seja alterada, considerando-se extinto o lugar de operador de registo de dados principal e criado, em sua substituição, um lugar de primeiro-oficial, a acrescer à actual dotação da carreira de oficial administrativo.

Ministérios das Finanças e da Educação.

Assinada em 23 de Setembro de 1991.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado do Orçamento. — O Ministro da Educação, *Roberto Artur da Luz Carneiro*.